



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DA BAHIA

1ª Av. do Centro Administrativo da Bahia, 150 - Bairro CAB - CEP 41.745-901 - Salvador - BA - <http://www.tre-ba.jus.br/>**Parecer nº 0696096 / 2020 - PRE/DG/ASSED**

Assunto: *Pregão nº 21/2020. Registro de Preços*, na modalidade Pregão Eletrônico, visando a eventual aquisição de material de de material de expediente.

PARECER

1. Trata-se de realização de procedimento licitatório, na modalidade Pregão Eletrônico, que tem por objeto Registro de Preços para eventual aquisição de material de expediente, conforme as especificações e condições estabelecidas no Anexo I do Edital n.º 21/2020.

2. A presente licitação é regida pela Lei nº 10.520/2002, pela Lei Complementar nº 123/2006, pelos Decretos n.ºs 3.555/2000, 10.024/2019, 7892/2013 e 8.538/2015, pela Instrução Normativa/MPOG nº 03/2018, pelas condições constantes do Edital n.º 21/2020, aplicando-se subsidiariamente a Lei nº 8.666/1993.

3. Verificou-se o cumprimento das condições legais inerentes à fase interna do certame, conforme abaixo mencionado.

a) planilha estimativa de preços e relatório de consulta fornecedores que se enquadram como microempresa e EPP, apresentados pela Seção de Aquisições, documento n.º 76156;

b) informação da ação orçamentária, uma vez que se trata de registro de preços, documento n.º 76130;

c) análise da legalidade da minuta pela Assessoria Jurídica de Licitações e Contratos, documento n.º 76137;

d) autorização de abertura do certame licitatório pela autoridade competente, documento n.º 76139;

e) designação de Pregoeiro e equipe de apoio, documento n.º 76161;

f) juntada de cópia da Portaria que designou o Pregoeiro, documento n.º 76163;

g) documento comprobatório de envio de aviso de licitação para publicação na internet, publicação no D.O.U. e em jornal de grande circulação, documentos n.ºs 76164, 76165 e 76166.

4. Observa-se que houve pedidos de esclarecimento ao Edital, que foram respondidos pelo pregoeiro e as respostas devidamente divulgadas no comprasnet.

5. Iniciado o procedimento licitatório, foi realizada a classificação inicial das propostas e, em seguida, realizada a etapa competitiva, para apresentação de lances pelas empresas. Foi utilizado o modo de disputa aberto e fechado. Após verificação dos critérios de desempate e finalizada a etapa competitiva, bem como realizada a negociação e a aceitabilidade da melhor proposta, o pregoeiro realizou tentativa de negociação de preços, em consonância com o edital, consoante Ata de Realização do Pregão Eletrônico. Ato contínuo, o Pregoeiro realizou o exame dos documentos e procedeu à habilitação das empresas.

6. De acordo com o Relatório Final do Pregoeiro, observa-se que os documentos de habilitação foram apresentados juntamente com as propostas, nos moldes estabelecidos no art. 6º, III, e 26 do Decreto n.º 10.024/2019, bem assim do Edital do Pregão. Observou-se que alguns documentos foram solicitados durante a sessão do pregão, em alguns casos devido a problemas em arquivos encaminhados. De modo a dirimir qualquer dúvida quanto à regularidade da conduta do pregoeiro, realizou-se a oitiva da Assessoria Jurídica de Licitações e Contratos para o caso em análise, o que resultou na manifestação constante do parecer n.º 275/2020, documento n.º 395984, em que a unidade consultiva salientou que se tratava de diligência e não apresentação de novo documento. Assim, de acordo com o parecer jurídico, depreende-se que o pregoeiro agiu regularmente.

7. Deste modo, sagraram-se vencedoras as empresas relacionadas no Relatório Resultado por Fornecedor, documento n.º 162709.

8. O item 69 foi deserto e, por conseguinte, frustrada a licitação para o mesmo. Os itens 15 e 67 foram fracassados.

9. Aberto o prazo, não houve registro de intenção de recurso, conforme ata do pregão.

10. Assim, constata-se a conformidade do procedimento com as disposições do novel Decreto que regulamenta as licitações e demais normas que regem a licitação.

11. Deste modo, sugere-se que a licitação seja declarada deserta para o item 69 e fracassada para os itens 15 e 67. Assim, quanto aos referidos itens, sugere-se análise da SGA/COMAP e adoção das pertinentes medidas, de acordo com a situação, caso persista o interesse na contratação dos itens. Quanto aos demais, sugere-se a homologação do procedimento licitatório, uma vez que foi observada a regularidade do procedimento, devendo a Administração, ato contínuo proceder à convocação das empresas vencedoras para assinatura das Atas de Registro de Preços, nos termos do art. 4º, XXII da Lei n.º 10.520/2002, arts. 45 e 48 do Decreto n.º 10.024/2019 e art. 13 do Decreto n.º 7.892/2013, bem como de acordo com o Relatório Final do Pregão, Resultado por Fornecedor, Termo de Adjudicação e Ata de Realização do Pregão Eletrônico.

12. Importante registrar que, quando das efetivas contratações, caso ocorram, deverá ser encaminhado o processo à SOF, para informação relativa à disponibilidade orçamentária.

13. Frise-se que as futuras contratadas deverão manter, durante toda a execução do ajuste, todas as condições de habilitação determinadas na licitação, a teor do disposto no art. 55, XIII, da Lei de Licitações e Contratos.

14. Por fim, aconselhamos que a COMAP/SELIC seja instada a analisar a solicitação do pregoeiro no tópico 23 (1) do seu relatório. Outrossim, a SELIC deverá verificar se houve comunicação pelo pregoeiro de condutas praticadas pelas licitantes, de modo a restarem atendidas as disposições da Portaria da Presidência n.º 305/2019.

À consideração superior.

Em 16 de junho de 2020.

Ana Flavia Cerqueira Machado

Analista Judiciário

De acordo.

Ao Diretor-Geral, para apreciação, com vistas à homologação do procedimento licitatório, declaração de certame deserto para o item 69 e fracassado para os itens 15 e 67, bem assim demais providências.

Em 16 de junho de 2020.

RONILDO DANTAS

Assessor Especial da Diretoria-Geral



Documento assinado eletronicamente por **Ronildo de Queiroz Dantas, Assessor**, em 16/06/2020, às 17:50, conforme art. 1º, § 2º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



Documento assinado eletronicamente por **Ana Flávia Cerqueira Machado, Analista Judiciário**, em 16/06/2020, às 19:29, conforme art. 1º, § 2º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site <https://sei.tre-ba.jus.br/autenticar> informando o código verificador **0696096** e o código CRC **B8B823E5**.